



Marco Gérard Skinner Styzei

**O TRABALHO IMATERIAL NA
PERSPECTIVA DO PODER
CONSTITUINTE E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS CULTURAIS**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC – Rio

Orientador: Prof. Adriano Pilatti

Rio de Janeiro
Agosto 2009



Marco Gérard Skinner Styzei

**O TRABALHO IMATERIAL NA
PERSPECTIVA DO PODER CONSTITUINTE
E AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Adriano Pilatti

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Francisco de Guimaraens

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Giuseppe Mario Cocco

UFRJ

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

Marco Gérard Skinner Styzei

Graduou-se em Bacharel em Direito no ano de 1999 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Ficha Catalográfica

Gérard, Marco

O trabalho imaterial na perspectiva do poder constituinte e as políticas públicas culturais / Marco Gérard Skinner Styzei; orientador: Adriano Pilatti. – 2009.

202 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Direitos culturais. 3. Trabalho imaterial. 4. Poder constituinte. 5. Direito de resistência. 6. Cultura. I. Pilatti, Adriano. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Para Selena, pelo amor e
companheirismo, pelo apoio
e estímulo, com todo o meu
amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Adriano Pilatti, pela amizade, pelas preciosas e necessárias indicações de bibliografia ao longo da orientação, pela leitura atenta dos originais, pela confiança e respeito e pelo apoio intelectual e profissional. Agradeço, sobretudo, por me fazer lembrar diariamente a razão pela qual se luta e não esmorecer.

Aos Professores Doutores Giuseppe Cocco e Francisco de Guimaraens, integrantes da banca, pelo exemplo de competência e profissionalismo que me propiciam cotidianamente no exercício do magistério.

Ao Departamento de Direito da PUC-Rio, aos professores e a todos os funcionários, que, em um ambiente de altíssimo nível, proporcionaram-me dias prazerosos, mesmo em momentos difíceis.

À minha mãe, Anamaria Skinner, pelo amor e dedicação, pela leitura da dissertação e pelas sugestões propostas.

Ao professor Maurício Rocha, pela generosidade em compartilhar o seu imenso saber, pelo auxílio em adentrar de maneira adequada no pensamento de Deleuze e Spinoza e por me sugerir caminhos em direção à *via salutis*.

À desembargadora Aurora de Oliveira Coentro, pela amizade, disponibilidade e sugestão de bibliografia e a Hiram Machado, pela sugestão de leitura apontada.

À minha irmã, Karla, amiga inseparável, e ao Arthur, que a faz tão feliz.

À minha querida vizinha Nayre, onde quer que ela se encontre.

À CAPES e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos ao longo do curso de Mestrado.

Ao Matheus, sobrinho e afilhado, que, com apenas um ano e meio de idade, já me considera seu tio único e preferido e consegue alegrar a minha vida em todos os momentos.

RESUMO

Gérard, Marco; Pilatti, Adriano: **O trabalho imaterial na perspectiva do poder constituinte e as políticas públicas culturais**. Rio de Janeiro. 2009. 202p. MSc Dissertation - Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A resistência às novas formas de apropriação do trabalho intelectual e a falência do sistema representativo para dar conta dessas mudanças são os problemas que estão postos à sociedade. A correlação das políticas culturais com o trabalho imaterial, na perspectiva negriana do poder constituinte, pretende investigar novos caminhos de resistência e de liberação. As políticas públicas relativas à cultura no Brasil têm dois momentos de intenso brilho: o período do Estado Novo da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), onde os *modernistas* puderam neutralizar a ameaça integralista e participar do processo revolucionário de criação de uma política pública cultural abrangente e universalista; e o período subsequente à Constituição Federal de 1988, que, de maneira ambígua, reabriu a possibilidade de se pensar em novas perspectivas para as políticas culturais. Com as garantias de cidadania e de acesso e fruição dos direitos culturais previstas constitucionalmente a partir de então, foi possível alargar o conceito de cultura e abrigar a noção de patrimônio imaterial. A partir do Ministério da Cultura (MinC) da gestão de Gilberto Gil, as noções de cultura e do papel do Estado transformaram-se radicalmente, culminando com a sistematização do Plano Nacional de Cultura (PNC). Esta dissertação quis expor os embates político-constitucionais relacionados às políticas públicas culturais e analisar as transformações do trabalho nas sociedades contemporâneas, mostrando a estreita relação desta nova forma trabalho com o trabalho desempenhado nas atividades culturais – uma vez que a tendência hegemônica do trabalho imaterial tornou-se realidade.

Palavras-chave

Direitos culturais; Direito de Resistência; Poder Constituinte; Constituição Federal de 1988; Trabalho imaterial; Cultura; Plano Nacional de Cultura (PNC); Política Cultural; Pós-Fordismo; Trabalho Vivo.

ABSTRACT

Gérard, Marco; Pilatti, Adriano(Advisor): **Immaterial labor on a perspective of the constituent power and the cultural public policies.** Rio de Janeiro. 2009. 202p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The actual problems raised to any society are the resistance to new forms of appropriation of intellectual work and the bankruptcy of representative system to take care of these changes. The connection of cultural politics with immaterial labor on a Negrian's perspective of constituent power intends to investigate new ways of resistance and liberation. Public politics related to the culture have two specific moments of intense brightness in Brazil: the period of the "Estado Novo" and the creation of the National Service of Historic and Artistic Patrimony (SPHAN), in which the *modernists* have been capable to neutralize the threat *integralista* and participate in a revolutionary process of creation of a comprehensive and universalist cultural public politic; and the later period of the Brazilian Constitution of 1988, that, in an ambiguous way, reopened the discussion about cultural politics. With citizenship garanties established and the access and fruition of cultural rights protected by the constitution from now on, it has been possible to enlarge the concept of culture and harbor the notion of immaterial patrimony. Notions such as culture and the role of the State have been dramatically changed since the first management of the minister Gilberto Gil at the Cultural Ministry (MinC), and the direct consequence is the organization of the National Plan of Culture (PNC). This dissertation intended to expose the political and constitutional impingements related to the cultural public politics and to analyse the transformations of the work at contemporary societies. As a direct consequence, we want to establish the narrow relation between this new form of work and the work performed at cultural activities, since immaterial labor tendency has become a reality.

Keywords

Cultural Rights; Right of resistance; Constituent Power; Brazilian Constitution of 1988; Immaterial Labor; Culture; National Plan of Culture (PNC); Cultural Politic; Post-Fordism; Living labor.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
1.1. Sobre a definição de cultura - de saída, um conceito em permanente disputa	18
1.2. Política Cultural no Brasil	38
1.3. Definições formais e perspectivas teóricas	39
2. Formação do constitucionalismo econômico	43
2.1. Fordismo e corporativismo estatal	43
2.2. A Revolução de 1930 e a Constituição de 1934	45
2.3. A Era Vargas e a presença dos modernistas na repartição	50
2.3.1. A criação do SPHAN e o papel dos modernistas	51
2.3.2. Ambiguidades na relação dos intelectuais com o autoritarismo do Estado Novo	53
2.4. A antropofagia oswaldiana e alternativas à modernidade antropocêntrica hegemônica	54
2.5. Considerações finais sobre o fordismo e o Estado Novo	72
3. Trabalho imaterial e produção de subjetividade	74
3.1. O lugar da política: a ocupação do político pelo poder econômico	78
3.1.1. O fim do sujeito?	81
3.1.2. O trabalho tradicional	82
3.1.3. O direito à preguiça	86
3.2. Trabalho imaterial e hipóteses de produção de subjetividade	88
3.3. Trabalho e cidadania - como inserir a crítica operaista no debate brasileiro	98
3.4. Internet, web e as batalhas dos Creative Commons, da propriedade intelectual e da televisão digital	112
3.4.1. Mudanças de perspectivas e possíveis restrições ao uso da internet: Crowdsourcing, a neutralidade da rede, servidores-raiz e internet alternativa	15
3.4.2. A questão da neutralidade da rede	118
3.4.3. Os servidores-raiz	120
3.4.4. Uma internet alternativa?	121

3.5. Novos campos de embate - liberação x controle	122
3.5.1. Creative Commons e propriedade intelectual	122
3.5.2. A televisão digital	123
3.6. Semelhanças entre o trabalho imaterial e trabalho nas atividades culturais	125
4. Aspectos constitucionais com relação ao trabalho imaterial	127
4.1. Constitucionalismo e poder constituinte	129
4.2. Trabalho imaterial e constitucionalismo	137
4.3. Garantia aos direitos sociais	146
4.3.1. No plano internacional	146
4.3.2. No Brasil	150
4.3.3. Novos embates do direito do trabalho no Brasil e no mundo	152
4.4. Direito de resistência - poder constituinte, contrapoder, resistência e constitucionalização	154
4.5. Cultura na Constituição Federal de 1988	162
4.5.1. O processo constituinte: antecedentes e a Constituição de 1988	163
4.5.2. O período sombrio da cultura na década de 1990	167
4.6. Cultura no Governo Lula	170
4.6.1. O Plano Nacional de Cultura e os novos projetos do MinC	176
5. CONCLUSÃO	186
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195

Listagem de figuras

Figura 1 – exemplo de empresas que usam o <i>crowdsourcing</i>	116
Figura 2 – exemplo 1 de ferramenta de <i>crowdsourcing</i> .	116
Figura 3 – exemplo 2 de ferramenta de <i>crowdsourcing</i>	117
Figura 4 – distribuição dos servidores-raiz no mundo	120
Figura 5 – tabela comparativa	125
Figura 6 – distribuição dos pontos de cultura no Brasil	176